



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O des-envolvimento sustentável da dendeicultura na Amazônia como política de ataque aos povos tradicionais: o caso da microrregião de Tomé-Açu

Everton Reis do Nascimento^I , Douglas Costa Oliveira Saraiva^{II} , Hemilly Campos da Silva^{III} 

^I Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil

^{II} Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil

^{III} Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O presente artigo aborda a discussão das políticas de "desenvolvimento sustentável" e seus discursos midiáticos como fruto de uma lógica colonialista e desenvolvimentista, que pauta uma Amazônia vista a partir de atores hegemônicos que desconsideram os envolvimentos e territorialidades dos povos tradicionais, causando diversos conflitos territoriais, que divergem em representação midiática e pública entre uma dualidade do que os agentes hegemônicos pregam: desenvolvimento e não agressão/colaboração com as comunidades, e o que as comunidades relatam: violência e conflitos. A metodologia foi baseada em revisão de literatura sobre o tema, busca de dados secundários em relatórios, sites, jornais digitais, dos anos de 2015 a 2022, além disso, busca de dados em meios acadêmicos. Os objetivos foram analisar a relação histórica entre a colonização, as políticas de desenvolvimento, que se tornam mecanismos de reprodução de discursos e práticas violentas contra os povos tradicionais da Amazônia, quais eram os discursos da mídia e da empresa BBF quanto a esse assunto, e também, relacionar a questão da colonização e das políticas de desenvolvimento da Amazônia com a violência aos povos tradicionais. As conclusões mostram que o pensamento e políticas colonialistas continuam se materializando, sobretudo, após o golpe da ex-presidente Dilma Roussef e as políticas neoliberais e autoritárias do Governo Bolsonaro.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável; Amazônia; povos tradicionais

The sustainable development of oil palm in the Amazon as a policy of attack against traditional peoples: the case of the micro-region of Tomé-Açu

ABSTRACT

This article addresses the discussion of "sustainable development" policies and their media discourses as the result of a colonialist and developmentalist logic, which guides an Amazon seen from hegemonic actors who disregard the involvement and territoriality of traditional peoples, causing various territorial conflicts, which diverge in media and public representation between a duality of what hegemonic agents preach (development and non-aggression / collaboration with communities), and what communities report, violence and conflicts. The methodology was based primarily on literature review on the topic, search for secondary data in reports, websites, digital newspapers, from the years 2015 to 2022, in addition, search for data in academic media. The objectives were to analyze the historical relationship between colonization, development policies become mechanisms of

reproduction of discourses and violent practices against the traditional peoples of the Amazon, what were the discourses of the media and the BBF company regarding this issue, and also, relate the issue of colonization and development policies in the Amazon with violence to traditional peoples. The conclusions show that colonialist thinking and policies continue to materialize, especially after the coup of former president Dilma Roussef and the neoliberal and authoritarian policies of the Bolsonaro government.

Keywords: sustainable development; Amazon; traditional peoples.

El desarrollo sostenible del cultivo de palma aceitera en la Amazonia como política de ataque a los pueblos tradicionales: el caso de la microrregión de Tomé-Açu

RESUMEN

Este artículo aborda la discusión de las políticas de "desarrollo sostenible" y sus discursos mediáticos como resultado de una lógica colonialista y desarrollista, que orienta una Amazonía vista desde actores hegemónicos que desconocen la participación y territorialidad de los pueblos tradicionales, causando diversos conflictos territoriales, que divergen en la representación mediática y pública entre una dualidad de lo que los agentes hegemónicos predicán: desarrollo y no agresión/colaboración con las comunidades, y lo que las comunidades reportan: violencia y conflictos. La metodología se basó en revisión bibliográfica sobre el tema, búsqueda de datos secundarios en informes, sitios web, periódicos digitales, de los años 2015 a 2022, además, búsqueda de datos en medios académicos. Los objetivos fueron analizar la relación histórica entre la colonización, las políticas de desarrollo, que se convierten en mecanismos de reproducción de discursos y prácticas violentas contra los pueblos tradicionales de la Amazonía, cuáles fueron los discursos de los medios de comunicación y la empresa BBF con respecto a este tema, y también, relacionar el tema de la colonización y las políticas de desarrollo en la Amazonía con la violencia a los pueblos tradicionales. Las conclusiones muestran que el pensamiento y las políticas colonialistas continúan materializándose, especialmente después del golpe de Estado de la expresidenta Dilma Roussef y las políticas neoliberales y autoritarias del gobierno de Bolsonaro.

Palabras clave: desarrollo sostenible; Amazonía; pueblos tradicionales.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar de que forma a política de desenvolvimento sustentável no cultivo de oleaginosas, em especial o óleo da palma, na microrregião de Tomé-Açu (MRGTA) afeta diretamente a vida dos povos tradicionais e originários alocados ali. A justificativa se dá, nesse sentido, pela necessidade de compreender a realidade socioespacial e territorial das comunidades tradicionais a partir de suas resistências, que são historicamente negligenciadas e apagadas pela colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2010) e também, pelas visões hegemônicas do Estado brasileiro e das grandes empresas, que vêem a região como um "vazio demográfico", ou como outras visões construídas sobre a Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2017).

O objetivo geral deste artigo se dá em analisar a relação histórica entre a colonização, as políticas de desenvolvimento tornam-se mecanismos de reprodução de discursos e práticas violentas contra os povos tradicionais da Amazônia. Especificamente, avaliando matérias de jornais, mídias digitais, e outros meios de comunicação sobre os conflitos territoriais envolvendo a BBF, comparar como a BBF se mostra publicamente nas suas intervenções,

frente às denúncias, e relacionar questões históricas ligadas a colonização, políticas de desenvolvimento e as visões criadas sobre a Amazônia, com o fenômeno da violência contra os povos tradicionais.

Dessa forma, buscou-se observar, através da organização do território, as políticas de desenvolvimento sustentável das empresas extrativistas e uma análise da acumulação desenfreada do modo de produção capitalista, como as populações indígenas e quilombolas sofrem violência direta e/ou indireta no convívio com a dendeicultura. Os constantes dados na mídia e no meio acadêmico sobre os conflitos entre os povos do campo e as empresas extrativistas na Amazônia Ocidental – em particular a Brasil BioFuels (BBF) – antiga BioVale, trazem a necessidade de avaliar porquê e para quem são criadas as políticas de desenvolvimento sustentável.

Isto posto, para a construção deste trabalho foi utilizada revisão bibliográfica acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável, colonialidade, povos tradicionais, território e tensões territoriais na Amazônia, a fim de construir o debate teórico acerca da aplicação desses conceitos no âmbito da Microrregião de Tomé-Açu. Além disso, utilizar-se-á de dados secundários como notícias de jornais, portais e jurisprudências afim de notificar mais precisamente acerca da construção das políticas de desenvolvimento sustentável das empresas localizadas na região, dos conflitos entre os povos tradicionais e/ou originários e as empresas e das denúncias divulgadas nesses veículos de comunicação entre os anos de 2015 a 2022.

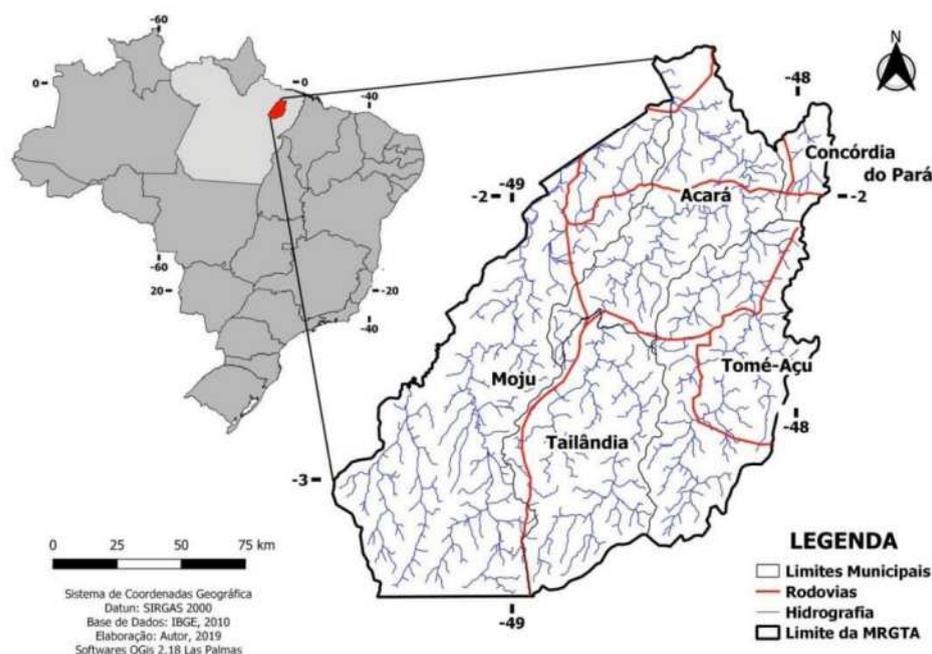
Por fim, a estrutura do artigo se dá a partir dos tópicos de introdução, que aborda a questão geral a ser debatida no decorrer do texto, o tópico 1 “Configuração Socioespacial do Nordeste Paraense e Microrregião de Tomé-Açu: uma história de conflitos” que traz um aparato histórico e socioespacial sobre a MRGTA, o tópico 2 “Desenvolvimento na Amazônia: Colonialidade e Exploração Capitalista” que discorre acerca da colonização, políticas de “desenvolvimento sustentável” e os discursos sobre a região.

Já no tópico 3 “3. A dendeicultura como “política de desenvolvimento sustentável” se discorre do processo de consolidação da produção de dendê como política de Estado, e como uma “via sustentável” para o agronegócio amazônico. O tópico 4 “As tensões territoriais na Microrregião de Tomé-Açu” debatem sobre as notícias encontradas e sobre seus respectivos conflitos. Por fim, nas considerações finais, onde se abordam as diversas conclusões e perspectivas sobre os fenômenos discorridos na questão da resistência dos povos tradicionais frente ao avanço do capital na Amazônia.

1. Configuração Socioespacial do Nordeste Paraense e Microrregião de Tomé-Açu: uma história de conflitos.

A priori, convém abordar, para que seja possível discorrer durante este artigo, a questão socioespacial (SANTOS apud MACHADO, 2016) do nordeste paraense. A mesorregião do nordeste paraense se estende por uma área de mais de 83.000 km², sendo conhecida como a mais antiga fronteira agrícola do Pará. Desta forma, é evidente que o território vegetal desta microrregião se encontra parcialmente devastado ou completamente alterada de seu clímax (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ. 2017). A mesorregião do Nordeste Paraense é dividida em 5 microrregiões 1-Bragantina; 2-Cametá; 3-Guamá; 4-Salgado; 5-Microrregião de Tome-Açu. Como demonstra a figura 1:

Figura 1 – Mapa da Microrregião de Tomé-Açu



Fonte: Santos, L.S., Nahum, J. S., Santos, C.B., Silva Júnior, O.M, 2019.

O lócus do artigo é a Microrregião de Tome-Açu, comumente abreviada na sigla “MRGTA” por NAHUM (2015). A Microrregião de Tome-Açu é composta por 5 municípios, sendo estes: Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, IBGE (2022). Urge, a partir dessa caracterização, o entendimento das práticas da construção da dendeicultura dita como “sustentável” pelo grande capital e Estado, por meio de projetos como os Planos de Desenvolvimento (PDAs) introduzidos na Amazônia, no Nordeste Paraense e na MRGTA.

Nesse sentido, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM apud NAHUM, 2011) visou a integração econômica da Amazônia ao Brasil, das décadas de 50 aos anos 80 a construção por meio do Planos de Integração e Planos de Desenvolvimento (PDAs), da estrada Belém-Bragança, e outros processos que aceleraram a colonização, migração e mesmo a alteração da vegetação, devido à exploração natural e a visão do Capital-Estado como a Amazônia produtora, fornecedora e mantenedora de matéria-prima (CORDEIRO et al. 2017).

É importante frisar que, historicamente, enquanto grande parte do território paraense sofria com o declínio do ciclo da borracha, o nordeste paraense apresentava crescimento devido à constituição da sua fronteira agrícola, o que trouxe e trouxe reconhecimento nacional enquanto produtor e exportador de insumos agrícolas (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017).

Neste ponto, adentramos nos conflitos diretos de espaço e território com os povos tradicionais MRGTA. Indubitavelmente, desde a colonização da Amazônia, perduram-se conflitos flagelando a história, cultura e modo de vida desses povos para a exploração de sua mão-de-obra e da natureza, afim de fomentar o império de empresas internacionais no contexto geopolítico da Amazônia, dar-se então a mercantilização da natureza (Becker, 2005).

O des-envolvimento precário do capital, avança a partir das monoculturas do dendê em comunidades rurais da MRGTA (NAHUM, 2014), porém há formas em que os povos tradicionais resistem contra o novo modelo de vida imposto da dendeicultura, que é pautado no dinheiro e acúmulo de capital (NAHUM; SANTOS. 2015). Convém abordar os processos de desterritorialização no âmbito do território político o enfraquecimento das fronteiras, aumentando assim sua fragilidade e também o território simbólico ligado intrinsecamente ao enfraquecimento identitário (HAESBAERT, 2004).

2. Desenvolvimento na Amazônia: Colonialidade e Exploração Capitalista.

Falar sobre “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, sempre remete a uma gama de questões espaço-territoriais, históricas, políticas e econômicas, no sentido de a região ter sido historicamente disputada por vários grupos com distintos interesses, configurando uma geopolítica da Amazônia a partir dessas divergências (BECKER, 2014).

O que conhecemos por desenvolvimento sustentável, é um conceito histórico, relacionado ao desenvolvimento das contradições do capitalismo, como afirmam Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), no seguinte trecho:

[...] o entendimento dominante do conceito fundamenta-se em uma concepção conciliatória com o capitalismo, que deixa transparecer uma ambígua relação entre as condições históricas de sua emergência como ideia pretensamente reparadora da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço da lógica do capital. De forma muito clara, essa ambiguidade assinala o caráter ideológico que o conceito apresenta (VIZEU, MENEGHETTI & SEIFERT, 2012, p. 2).

Nesse sentido, podemos ver a contradição existente que há nas condições do capitalismo em dar uma resposta aos problemas que sua própria lógica sistemática causa. Em se tratando de América Latina, o suposto “desenvolvimento” ganha ainda outras características, ligadas a colonialidade do poder e da dominação da natureza (QUIJANO, 2010). A colonização europeia causou problemas históricos na América Latina, como o próprio apagamento etno histórico das determinações espaciais que se tinham, como Abya Yala, Tawantisuyu, Anáhuac, que desapareceram após a colonização (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Essa colonialidade que marcou as terras latino-americanas, gerou uma marca histórica ligado às elites e aos donos do poder: Por muito tempo, eram os europeus que estavam no controle da maioria das regiões do globo, e, portanto, exerciam seu poder e influência nesses espaços mesmo após o “fim” da colonização, marcando os mesmos a partir da branquitude, de uma estrutura de estado-nação colonial, e preservando elites capitalistas no poder do Estado (QUIJANO, 2010).

Por conta desse fenômeno da colonialidade na América Latina, somado às contradições capitalistas anteriormente explicitadas, podemos compreender a configuração geográfica do desenvolvimento sustentável em nossos territórios, um “desenvolvimento” marcado de relações capitalistas, coloniais e raciais. Ao nos remetermos à região Amazônica, Porto-Gonçalves (2012) denomina dois períodos de desenvolvimento, um onde a floresta e seus recursos naturais eram um problema, outro, onde passam a se tornar interesse do capital.

Esse interesse, ainda seguindo o pensamento de Porto-Gonçalves, se dá pela questão da lógica colonial e eurocêntrica, que parte do princípio que a natureza pode ser dominada, que se pode atribuir valor a mesma, e também, subjuga-la, assim como os povos que nela existem, tendo em vista que, toda a dominação parte do pressuposto da negação do outro (PORTO-GONÇALVES, 2012. p. 6). Nesse sentido, podemos entender que os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades, sofrem também essa negação de si, no processo de concretização dessa dominação.

Partindo desses pressupostos, há uma relação direta entre a colonização da Amazônia, os grandes projetos e a dominação/subjugação da natureza e de seus povos. Becker (2005), ao tratar da questão da geopolítica na Amazônia, aponta que há interesses sobretudo internacionais (e/ou internacionalizados) que dizem respeito aos recursos da Amazônia, de um

lado, os interesses do grande capital internacional, e do outro, das organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos e etc. O capital internacional, ainda segundo a autora, citando Boulding, se apropriou das terras amazônicas e dos recursos da natureza, fazendo um uso desenfreado dos mesmos, como se fossem infinitos, e ressalta a importância de mudar esse padrão:

É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos (BECKER, 2005, p. 2).

Ainda na perspectiva dos agentes econômicos e dos projetos de desenvolvimento da Amazônia, Malheiro (2021) retrata a atual realidade conflituosa da região, demonstrando como os grandes projetos capitalistas causaram desmatamento, invasão e conflito de terras, que o autor chama de ofensiva espoliadora, pautando o sistema capitalista e seus sujeitos econômicos hegemônicos enquanto responsáveis por essas problemáticas, inclusive, com aparato do Estado, como explicita nesse trecho:

Ou ainda, estamos observando o capitalismo a partir dos processos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005), os quais, diferentemente dos processos de exploração do trabalho, que pressupõem uma dinâmica de alienação e coação permanente do trabalhador, envolvem mudanças traumáticas e conflituosas de desapropriação, como reitera Levien (2014), que contam com a presença violenta do Estado. Nesses termos, entender a ofensiva espoliadora e os métodos violentos por meio dos quais ela se realiza, implica não só pensar nas racionalidades econômicas por trás da violência e da devastação, mas também numa esfera de indeterminação política aberta para essas racionalidades se realizarem, que desmontam os sentidos básicos que sustentam qualquer ideia de democracia. Acumulação por espoliação e estado de exceção caminham juntos na dinâmica de expansão/invasão capitalista na Amazônia (MALHEIRO, 2021, p. 30).

Mediante a invasão capitalista na região amazônica, sobretudo, em se tratando da dendeicultura e outros commodities, a configuração socioespacial e territorial da mesma sofreu alterações, tendo em vista que o próprio Estado brasileiro teve interesse no desenvolvimento da dendeicultura, comprando o discurso do “desenvolvimento sustentável”, como demonstra Homma e Junior (2000), que mostram a dendeicultura como uma alternativa econômica que pode até mesmo conseguir produzir uma sustentabilidade global, se juntada com outras atividades econômicas favoráveis e com as políticas públicas de desenvolvimento, prometendo, de acordo com os autores, geração de empregos e melhorias socioeconômicas.

Além da investida do capital, a ideologia de desenvolver a Amazônia como dominação também é pautada pelos projetos brasileiros exteriores a região, mas dito como “nacionalistas”, apesar de ignorarem as lutas dos povos amazônidas, como explicita Porto-Gonçalves (2018, p. 26), gerando mesmo uma lógica de colonialismo interno, como caracterizou Casanova (2006) ao tratar dessas desigualdades socioespaciais.

A partir dessa concepção, Porto-Gonçalves (2018) ainda avança, afirmando que essa concepção de “desenvolvimento” que subjuga a natureza e os povos tradicionais, na verdade, fortalece uma política de apagamento, invisibilização e violência contra os mesmos. Pode se dizer que existe, nesse sentido, uma ecologia política da dominação desses sujeitos, que por muito tempo nem foram considerados como indivíduos, segundo o pensamento de Krenak (2018).

Em contraponto, também pode haver uma ecologia política que pautar essas coletividades de grupos étnicos, que supere e denuncie a lógica colono-capitalista do homem saqueador/conquistador e os problemas sociohistóricos que essa matriz de pensamento/ação, trouxe (KRENAK, 2018). Ao entendermos a exploração capitalista moderna na Amazônia, como uma expressão do colonialismo (interno e externo) e política de Estado, a partir dos projetos de desenvolvimento, é necessário então avaliar esses distintos projetos e interesses sociais.

Colaborando com o pensamento de Malheiro (2020), a Amazônia e seus povos não faziam, por muito tempo, parte do Brasil, apenas sofrendo uma integração forçada, de forma mais recente, a partir de práticas políticas colonialistas internas do próprio Estado brasileiro. Essa integração forçada é dada pelo fenômeno do Colonialismo interno, que Casanova (2007), descreve como um fenômeno que: “se dá no interior de uma mesma nação, na medida em que há nela uma heterogeneidade étnica em que se ligam determinadas etnias com os grupos ou classes dominantes, e outras com os dominados” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007)

O “desenvolvimento sustentável”, vem, nesse sentido, corroborar na região amazônica com essa lógica de violência e apagamento, e na MRGTA, inserida no contexto mais amplo da Amazônia, também sofreu, nesse sentido, com as políticas colonialistas e exploratórias do capitalismo. A dendeicultura se mostra como uma expressão prática da política capitalista de desenvolvimento, como demonstra Valente (2016) ao falar sobre o fortalecimento da produção de oleaginosas do dendê a partir de políticas públicas.

A alternativa “sustentável” da dendeicultura na MRGTA, é demonstrada com força a partir da BBF, que se apresenta publicamente da seguinte forma: “Nascemos no segmento de energia renovável, atuando com geração de energia elétrica limpa. Trocamos combustíveis por

biocombustíveis, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa”, e na região norte: “Saiba como atuamos no Estado do Pará com o cultivo sustentável da Palma de Óleo e promovendo o desenvolvimento socioeconômico na região” segundo seu próprio site. (BBF, 2022)

Um exemplo da contradição entre os discursos, estão dados em relatórios recentes da CPT, onde 3 municípios da MRGTA aparecem como territórios de conflito, sendo Moju, na época, o quinto município com mais conflitos do Estado do Pará, vários deles envolvendo comunidades quilombolas (CPT, 2017).

Já informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), junto da CPT, em 2019, mostram que as principais vítimas aos conflitos de terra, na Amazônia, são os povos indígenas. Tais relatórios mostram que principalmente no final da década de 2010, essas disputas e conflitos territoriais vem se acirrando. Ainda de acordo com a CIMI, entre 2010 e 2018 o Pará cresceu no ranking de vítimas indígenas, tendo vítimas todos os anos consecutivos, que, e “coincidentemente”, o Pará tem se destacado nos índices de desmatamento, como apontou o INPE (2019).

Voltando à MRGTA, em Tomé-Açu, Acará, Moju e Tailândia, ocorreram diversos conflitos por terra, envolvendo sobretudo comunidades quilombolas, no ano de 2021 (CPT, 2022). Esses conflitos vêm crescendo e envolvendo cada vez mais os povos tradicionais, como podemos ver nos levantamentos da CPT e CIMI (2020, 2021, 2022).

Essa relação entre colonialidade, exploração capitalista (em forma de “desenvolvimento sustentável” e ataque aos povos tradicionais pode ser vista de forma bastante efetiva no agronegócio do Dendê. Damiani (2017), em uma pesquisa sobre os impactos socioambientais da dendeicultura em Tomé Açu, focada no território Turé-Mariquita, identificou problemas ligados a degradação de igarapés, perda da mata nativa e da biodiversidade, perda de controle do território e contaminação do solo. Trazendo, nesse sentido, problemas econômicos, sociais, ambientais e etc.

Além disso, é notório mesmo na mídia os ataques aos povos tradicionais a partir da BBF. A G1 e a Amazônia Real noticiaram que em 2022, comunidades indígenas e quilombolas foram atacadas pela BBF, de forma violenta (G1, 2022). Além disso, os povos indígenas e quilombolas realizaram uma ocupação na sede da BBF, também sendo alvo de repressão. Eles afirmam que “A gente já não aguenta mais os ataques da empresa BBF, tantas ameaças. Não só a população indígena, mas também a população quilombola e ribeirinha da nossa região” nas palavras de Paratê Tembê, liderança indígena. O mesmo continua: “Estamos sendo perseguidos e quando vamos nos manifestar somos recebidos à bala. Agora a população não arredou o pé e foi paracima.” (AMAZÔNIA REAL, 2022).

Tais conflitos são apresentados comumente na mídia como “Guerra do Dendê”, mas é perceptível que essa guerra, na verdade é do grande capital e seu histórico colonizador, contra os povos tradicionais da região. O Estado brasileiro e o Governo do Pará sabem da situação, o Ministério Público Federal (MPF), já afirmou que não há zona de amortecimento em ao menos 10km, como prevê a legislação. O advogado Jorge Tembê também corrobora com essa visão, e afirma que é perceptível que as plantações de dendê se vêem a menos de 100m ou mesmo dentro da própria comunidade (G1, 2022).

Nesse sentido, o Estado capitalista é um agente essencial para a legitimação da colonialidade, exploração capitalista e para legitimar o avanço da dendeicultura sobre os territórios, a partir da ideologia de “Desenvolvimento Sustentável”, já que diversos autores como Nahum (2012, 2014, 2016), Homma (2010, 2012), Valente (2014, 2015), indicam o histórico da dendeicultura vinculada a uma política de Estado, que se fortaleceu principalmente na década de 2010 e só foi se fortalecendo ao passar da década.

Por fim, foi perceptível, sobretudo nos últimos 4 anos do governo Bolsonaro, como aponta Malheiro (2021), o avanço do capitalismo predatório e espoliador na Amazônia se acentuou, e como os relatórios do CIMI e do CPT (2019, 2020, 2021), os povos tradicionais acabaram sendo os principais protagonistas desses conflitos e situações de violência, por isso, é necessário entender a territorialização do dendê nesses espaços e a configuração socioespacial dos conflitos.

3. A dendeicultura como “política de desenvolvimento sustentável”.

O cultivo de dendê no Estado do Pará lança âncora no século XX, e a partir de então teve diversas fases no que diz respeito da sua administração, como a fase da Sudam, em 1968, a fase Denpasa, entre 1970 e 1980, a fase Agropalma, que se inicia em 1990, e a atual fase que visa a produção de biodiesel pelas grandes empresas extrativistas, como salienta Homma (2016). Ainda:

A cultura do dendezeiro apresenta grandes perspectivas para sua consolidação como geradora de empregos e renda e utilização de áreas desmatadas. Sua inserção no ciclo emergente de mercado de serviços ambientais é viável desde que seja entendida como componente integral da atividade econômica regional. Uma parte dos lucros auferidos por esta atividade deve ser investida para garantir a sua sustentabilidade em longo prazo. (HOMMA, 2016, p.11).

Porém, a perspectiva do dendê enquanto Desenvolvimento Sustentável só surge com o Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma, em 06 de maio de 2010 na sede do município de Tomé-Açu, com a presença de todos os prefeitos da microrregião de

Tomé-Açu. O programa buscara incentivar o plantio do dendê em áreas degradadas da Amazônia Legal, com a premissa aumentar a produção da oleaginosa e do biodiesel proveniente da mesma, com um discurso voltado para o combate à poluição que o diesel comum, oriundo do petróleo, causa ao meio-ambiente, além de gerar novos empregos para a população da MRGTA (CICLOVIVO, 2010).

[...] biodiesel é um produto que nós estamos produzindo para substituir o óleo diesel tirado do petróleo, que é muito poluente. Então, o biodiesel vai ser produzido no Brasil, de dendê; vai ser produzido aqui nesta região, do dendê, esta palma de óleo tão falada; vai ser produzido de soja; vai ser produzido de mamona; vai ser produzido de pinhão manso e vai ser produzido de outras, de outras oleaginosas existentes no Brasil. [...] E também, a palma que nós vamos plantar aqui, nós queremos recuperar as áreas degradadas. Vocês vão perceber que será proibido cortar uma árvore para plantar a palma, será proibido. Nós queremos utilizar toda a área degradada, a área que já foi desmatada, a área que em algum momento era pasto e que hoje está se deteriorando, para que a gente possa recuperar e plantar palma, e permitir que o povo de Tomé-Açu e das cidades vizinhas possam viver com tranquilidade, trabalhando e levando para sua casa o pão de cada dia, por conta do seu trabalho honesto. (LULA, 2010, p.3).

Ainda, o Programa Nacional de incentivo à produção de óleo de palma fomentou outras medidas a favor da dendeicultura, a exemplo do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, oriundo do Projeto de Lei 7326/10, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 2011. O programa tinha como objetivo regulamentar a expansão da produção de dendê e disponibilizar instrumentos que garantam que essa produção seja sustentável em parâmetros ambientais e sociais (BRASIL, 2011). Dessa forma, todos os trâmites legais impulsionaram a produção de dendê no estado do Pará, em particular na MRGTA, tornando o Estado o maior produtor nacional do óleo de palma, com uma produção anual de aproximadamente 3,200,00 toneladas e mais de 230.000 hectares de área plantada e colhida, onde destes, 40.000 pertencem a agricultores familiares (SEDAP, 2020).

As palavras Desenvolvimento e Sustentável são presentes nos discursos das empresas que administram o plantio do óleo de palma no nordeste paraense, como a BBF (Brasil BioFuels) e a Agropalma. Ambas as empresas trazem em seus domínios virtuais dados acerca de suas políticas de desenvolvimento social, parceria com agricultores familiares e um cultivo que respeite e não desmate a floresta. A dendeicultura é dita como uma forma de recuperar as áreas da Amazônia que foram degradadas até 2007, além de ser uma forma de diminuir a emissão de carbono e de recomposição da cobertura do solo e dos ciclos biogeoquímico e hidrológico (BBF, 2022).

A parceria com agricultores familiares na produção da oleaginosa também é descrita como fundamental para as empresas, onde além de programas de desenvolvimento social para os colaboradores, como por exemplo, a Escola Agropalma, que disponibiliza ensino básico de qualidade não só para os filhos dos colaboradores da empresa, como também oferece educação para jovens e adultos (EJA), afim de qualificar aqueles que não possuem alfabetização e/ou seus dependentes (AGROPALMA, 2023). Ademais, a empresa ainda se diz pioneira no que diz respeito à colaboração dos agricultores familiares.

Em 2002, fomos pioneiros no lançamento do nosso programa de agricultura familiar, que hoje conta com 202 agricultores familiares e 43 produtores integrados. Esses produtores parceiros são nossos fornecedores mais importantes, respondendo por cerca de 23% dos frutos processados em nossas fábricas.

Trabalhamos para que os agricultores familiares tenham acesso aos melhores materiais de plantio e aos melhores insumos agrícolas. Além disso, fornecemos a eles aconselhamento sobre práticas de sustentabilidade e requisitos legais, todos certificados pela RSPO.

Nos últimos 15 anos, esse projeto aumentou em 685% a remuneração dessas pessoas e demonstrou que é possível conciliar a geração de renda com a preservação do meio ambiente. (AGROPALMA, 2023).

A questão é: até que ponto essas ações podem ser consideradas de fato como políticas de desenvolvimento sustentável? É sabido que a monocultura traz inúmeros impactos negativos à natureza, seja pelo uso excessivo de fertilizantes, que causam a acidificação do solo, contaminam aquíferos e eutrofizam rios e lagos (PORTO-GONÇALVES, 2004), a grande emissão de gases do efeito estufa (HAREN, 2013; SEARCHINGER, et al. 2008) ou pelo aumento de pragas como gafanhotos e cobras nas áreas de cultivo das culturas. Além disso, dentro do modo de produção capitalista, é de certa forma contraditório imaginar que exista desenvolvimento sustentável, respeito à saúde do solo, quando se busca incessantemente a acumulação de capital, e conseqüentemente, recorre-se à produção em massa, como salientam Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012).

O cultivo do dendê – dentre outras oleaginosas – para a produção de biodiesel é dito como uma forma de amenizar a poluição causada pelos gases emitidos pelos carros no Brasil (LULA, 2010). Nada obstante, a dendeicultura traz seus próprios males para a natureza, como já supracitado. Se já são grandes os problemas causados por esse cultivo, de que forma é possível que essa “política de desenvolvimento sustentável” deixe algo para as gerações futuras? Elkington (1997) afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de não somente gerar lucros, como também é socialmente justo e ambientalmente correto, já para o relatório Brundtland é “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades”.

Ao analisar esses conceitos na atualidade, surge uma disparidade entre a teoria e sua aplicação prática.

Por fim, é possível imaginar que a política de desenvolvimento sustentável das empresas do dendê no nordeste paraense, em especial na MRGTA, não inclui a vida dos povos tradicionais e/ou originários e tampouco a preservação da floresta – como já supracitado nos dados retirados de jornais e portais online, já que, enquanto o modo de produção for capitalista, nada além do acúmulo desenfreado de capital é importante, de acordo com Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012). E, portanto, não é possível alcançar o máximo de lucro respeitando a saúde do solo e os limites territoriais entre empresa e terras indígenas ou quilombolas.

4. As tensões territoriais na microrregião de Tomé-Açu

Partindo desses pressupostos, podemos analisar as tensões territoriais nos municípios da MRGTA a partir das notícias, dados e pesquisas. Tensão territorial pode ser entendida como um conflito envolvendo distintos grupos por/em um território. Já o território, segundo Souza (2012), é um espaço definido e delimitado por relações de poder, e esse poder vem de um grupo que domina ou quer dominar o mesmo a partir das múltiplas facetas do poder: econômico, político, cultural, etc.

Para dialogar com essa percepção, é necessário trazer Haesbaert (2007), que afirma que a territorialidade se dá a partir sobretudo da dominação, e a mesma, normalmente, se dá de forma política e jurídica, ou simbólica-cultural. Sendo a dominação jurídico-política normalmente representada pelos grupos hegemônicos empresariais-estatais, e a dominação simbólica-cultural, normalmente representada pelos movimentos sócio-territoriais e populações marginalizadas (HAESBAERT, 2007), nesse caso, podendo representar os povos tradicionais da Amazônia, como os indígenas e quilombolas.

Entretanto, ainda na teoria de Haesbaert (2009), nenhuma territorialidade é puramente jurídico-política ou simbólica (HAESBAERT, 2009), podendo nesse sentido, haver múltiplas formas de dominação a partir das problemáticas e ações que são feitas nele, como ressalta o autor:

E como “é na prática humana em relação ao espaço” que, na visão materialista de Harvey, é resolvida a questão filosófica sobre a “natureza” do espaço, acreditamos também, e mais ainda, que é através das problemáticas efetivas envolvidas nos processos de territorialização (ao mesmo tempo materiais e simbólicos) que podemos compreender – e, minimamente, definir – não exatamente “o que é” o território, mas dilemas/ações que, em/através de seu nome, são empreendidos. (HAESBAERT, 2009, p. 102).

As tensões territoriais, sobretudo, em contexto amazônico e latino-americano, se dão por múltiplos sujeitos sociais que se apropriam, e nesse sentido, acabam, em um mesmo território, como podemos ver em Porto-Gonçalves (2017):

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade por meio de processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 43).

Partindo desse pressuposto, podemos ver, noticiado na mídia, os diferentes grupos e suas ações territoriais na microrregião de Tomé-Açu. Em 2021, povos indígenas e quilombolas estavam denunciando que a expansão da produção de dendê da BBF estava invadindo seus territórios e causando problemas ambientais, poluindo as águas, degradando os solos e gerando escassez de alimentos (NOSSO FUTURO ROUBADO, 2021).

No contexto dos problemas ambientais, vemos que eles começam a se intensificar em 2015, onde o MPF ordenou judicialmente uma perícia científica no município de Tomé-açu, em parceria com o Instituto Evandro Chagas, que realizou exames clínicos por nos indígenas Tembé pela suspeita de contaminação, proveniente de uso de agrotóxicos e degradação da natureza, pela empresa Biopalma, que é a atual BBF (AMAZÔNIA REAL, 2015).

Já em 2017, começam algumas pesquisas de amostragem, pontuando que na cidade do Acará e Concórdia do Pará (junto de outros municípios), 80% das amostras estavam contaminadas por agrotóxicos, inclusive, que estavam banidos do país (BRASIL DE FATO, 2017). Ainda há relatos de moradores indígenas da região, que ressaltam que a chegada do dendê no território, já causou de forma imediata problemas ambientais, sobretudo, envenenamento de igarapés.

O território como apropriação simbólica-cultural também é dotado de ideologias e discursos (HAESBAERT, 2014), e em se tratando de discursos, os empresários da dendeicultura prometem e anunciam grandiosos feitos, como seu CEO, que afirmou no site da BBF:

Nascemos com o propósito de mudar a matriz energética da região Norte do Brasil, a partir de uma matriz renovável e limpa, substituindo o uso do diesel fóssil por biocombustíveis feitos a partir do óleo de palma. Todas as nossas operações nos direcionam a garantir que nosso modelo de negócio seja sustentável no longo prazo, gerando impacto positivo para a sociedade e para o meio ambiente. (BBF, 2022).

Além do mais, ainda no site da BBF, é possível encontrar a seguinte afirmação: “Com o nosso modelo de negócio verticalizado comprovamos que é possível combinar o agronegócio, produção de biocombustíveis e a geração de energia elétrica limpa com desenvolvimento social e a preservação ambiental.” (BBF, 2022), mesmo com todas as denúncias, levantamentos científicos e problemas socioespaciais e ambientais que a mesma vem causando, o discurso se mantém o mesmo.

Em contextualização histórica, a partir das notícias, é possível também notar o constante aumento de ataques contra as comunidades tradicionais a partir de 2015, onde respectivamente foi noticiado um protesto dos indígenas e quilombolas contra a empresa, que os indígenas ocuparam e tomaram conta de alguns equipamentos da empresa, por não terem conseguido entrar em acordo com a empresa (TERRAS INDÍGENAS, 2015).

Ainda em 2015, os indígenas lançaram uma nota de repúdio contra as ações truculentas da empresa, afirmando que em Tomé-Açu e no Acará, estavam sendo violentados, perseguidos e que sem ordem judicial as polícias militares estavam fazendo rondas sobre a comunidade, até mesmo prendendo uma liderança quilombola sem motivo aparente (ACERVO RACISMO AMBIENTAL, 2015). Já em 2016, o MPF pediu à Justiça Federal a extinção dos processos contra os indígenas de Tomé-Açu, que a Biopalma acusava de terem saqueado um trator e máquinas agrícolas, sem provas (ECOAMAZÔNIA, 2016)

Avançando historicamente, é perceptível o aumento dos conflitos a partir do ano de 2018. Ano marcado pela morte de uma liderança quilombola da comunidade Turé III, no Acará. O mesmo era um grande denunciador de crimes ambientais que aconteciam no município, sofreu ameaças e atentados de morte até ser assassinado. (AMAZÔNIA REAL, 2018).

Os discursos de desenvolvimento sustentável da empresa caem por terra facilmente, tendo em vista que, em 2019 a empresa causou danos ambientais aos rios, por uma balsa que transportava óleo de palma ter colidido com pilares de sustentação de uma ponte (RIOONWATCH, 2019). Em 2021, foram denunciados diversos despejos de resíduos nas fazendas de palma, que “contêm uma quantidade considerável de nutrientes orgânicos e metais pesados que podem contaminar rios, poluir o ar e gerar gases de efeito estufa” (CLAUSING apud BIODIESELBR, 2021).

Em se tratando do ano de 2022, foram inúmeras tensões territoriais que aconteceram, desde bloqueios de estradas que impediam as comunidades de transitar, divulgação de falsas notícias e tentativas de criminalização das comunidades (O LIBERAL, 2022), outrossim, MPF alertando riscos de conflitos entre os indígenas e quilombolas com a BBF (ECOAMAZÔNIA,

2022) ou mesmo da defensoria pública, que aponta completa ilegalidade das ações da BBF contra os povos tradicionais da região (BIODIESELBR, 2022).

As comunidades quilombolas de Bujaru e Concórdia do Pará emitiram uma nota denunciando as mazelas que a BBF lhe submeteu:

Há aproximadamente 20 anos chegou nessa região um grande projeto de morte vendido como maravilha desenvolvimentista. Se trata do monocultivo para extração de óleo de palma de dendê, arquitetada por uma empresa que como disse no início já foi biovale, biopalma e agora Brasil Bio Fuels (procurem, vejam o discurso mentiroso que ela prega de preservação ambiental). (...) A BBF chegou na região em meados dos anos de 2003, que vendeu esse projeto como maravilhoso e “bio sustentável” (prática comum dessas multinacionais que se instalam nas terras dos povos tradicionais, enganando e violando os territórios e os direitos das comunidades). Já foi denunciada várias vezes pelos seus crimes ambientais, sem ser punida por isso. E, agora, mais do que nunca, se aproveita do governo Bolsonaro, que é cúmplice de seus novos crimes, visto que tal desgoverno escancarou as portas para “passar a boiada” nas terras indígenas e quilombolas. (COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 2022).

Nesse sentido, constata-se que o Estado brasileiro e os governos locais adotaram uma política de impunidade frente aos avanços da exploração e das mazelas sociais que o desenvolvimento sustentável da dendecultura traz. E essa impunidade anda de mãos dadas com o projeto colonial e capitalista de desenvolvimento, essas divergências e tensões territoriais não são apenas uma questão econômica, mas questões ligadas a projetos de sociedade diferentes (PAULA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, foi possível constatar que a colonização na Amazônia não é um processo do passado, na realidade, está entrelaçado na realidade local e se fortalece a partir de políticas “desenvolvimentistas”, que na prática, trazem desenvolvimento econômico para empresários, enquanto traz desenvolvimento para os povos tradicionais amazônicos, no sentido de desenrolar, de “quebrar” ou “desfazer” o que está envolvido.

Os tensionamentos territoriais que a BBF causa, se manifesta de forma política e econômica, causando problemas socioambientais, trazendo sensação de insegurança, de falta de pertencimento e um clima hostil para os povos originários e para os quilombolas na MRGTA, dessa forma, criando uma fragilidade simbólica entre as comunidades, que se sentem excluídas, marginalizadas e não tem suas demandas atendidas, e seu direito ao território, respeitados.

Na mídia, a questão é retratada como “A guerra do Dendê”, que podemos compreender a partir das notícias como uma guerra travada contra as comunidades tradicionais, que são os

protagonistas das mazelas vividas. Concordamos com Malheiro (2021) no que diz respeito a economia política do agronegócio dos commodities, como o dendê:

As escolhas políticas e econômicas em torno das exportações de commodities agrícolas e minerais como o caminho absoluto para a conquista do superavit primário, na Amazônia, nada mais foram do que o aprofundamento dessa forma peculiar de expansão/ invasão capitalista por dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão cínica em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida. Essa lógica permite que caminhem lado a lado dinâmicas financeiras altamente globalizadas com as formas mais abjetas de controle da força de trabalho, de violência e devastação.” (MALHEIRO, 2021, p. 34).

Essa lógica econômica de exploração que gera tais tensões territoriais, perversas contra a natureza e contra seus povos, pois partem dos mesmos princípios da colonização, de que a natureza pode ser dominada, e tal colonização foi marcada pelo pensamento eurocentrista, criando também, uma dinâmica racial da colonização, como vemos em Porto-Gonçalves (2012).

Nesse sentido, vemos que os agentes hegemônicos da produção do espaço, aqui representados pelo Estado brasileiro e governos locais, junto das empresas, ainda mantém na sua prática espacial o modelo colonialista de sociedade, que entra em conflito com a resistência dos povos tradicionais. Foi observado, a partir do levantamento de notícias, que apesar dos investimentos públicos na dendeicultura terem se iniciado no governo Lula, as problemáticas ligadas à expansão predatória do mesmo só se iniciaram em 2015, pós-golpe da ex-presidente Dilma Rouseff.

Foi observável, também, que durante o governo de Jair Bolsonaro, as tensões territoriais se acirraram demais, tendo em vista que a política econômica do seu governo foi pautada em fortalecer empresários e atacar povos tradicionais. Em diversas notícias apresentadas, foram notórias as reclamações ligadas à questão da falta de medidas concretas do governo mediante aos crimes das empresas ligadas a dendeicultura.

Mesmo com notificações da MPF, Defensoria Pública e diversos órgãos do Estado reconhecendo a problemática ligada à violação dos direitos ao território dos indígenas e quilombolas, a impunidade é constante. E como foi visto, recentemente ainda são os povos tradicionais que são retratados publicamente como criminosos e problemáticos, demarcando mais uma vez, a colonialidade da prática do desenvolvimento sustentável da dendeicultura.

A ciência geográfica, nesse sentido, tão ligada historicamente ao Estado, como é possível observar em Porto-Gonçalves (2020), deve se libertar de lógicas eurocêntricas e colonialistas para poder, nos termos de Moreira (1982), desvendar as máscaras sociais da ideologia e economia política do “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, demonstrando

seu caráter colonial e exploratório. Deve se fazer o movimento de uma Geografia que tenha como protagonista, os povos indígenas, quilombolas, amazônidas e suas cosmovisões e lutas, para superar as narrativas coloniais e capitalistas propagadas pela mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROPALMA, S.A. Site da Agropalma, 2023. Disponível em: <<https://www.agropalma.com.br>>.

AMAZÔNIA REAL. **Líder quilombola da comunidade Turé III é assassinado, no nordeste do Pará.** 2018. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/lider-quilombola-da-comunidade-ture-iii-e-assassinado-no-nordeste-do-para/>>

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia.** 2005.

BIODIESELBR. **Defensora pública classifica postura da BBF de “completa ilegalidade”.** 2022. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/defensora-publica-classifica-postura-da-bbf-de-completa-ilegalidade-020522>>.

BRASIL BIO FUELS, S.A. Site da BBF, 2022. Disponível em: <<https://www.brasilbiofuels.com.br/>>

BRASIL DE FATO. **Monocultura do dendê traz impactos ambientais para comunidades no nordeste paraense.** 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/monocultura-do-dende-traz-impactos-ambientais-para-comunidades-no-nordeste-paraense>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova programa de produção sustentável de óleo de palma.** 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/219349-COMISSAO-APROVA-PROGRAMA-DE-PRODUCAO-SUSTENTAVEL-DE-OLEO-DE-PALMA>>.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (uma redefinição).** CLACSO, 2007.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. **PROJETOS EM DISPUTA: A QUESTÃO INDÍGENA E O AGRONEGÓCIO**. 2014.

CORDEIRO, Iracema Maria Coimbra; RANGEL-VASCONCELOS, Livia Gabrig Turbay; SCHWARTZ, Gustavo; OLIVEIRA, Francisco de Assis. **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Embrapa Amazônia Oriental, Pará. 2017.

CRUZ, Valter do Carmo; DE OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 2017.

DAMIANI, Sandra. **Impactos socioambientais do cultivo de dendê na terra indígena Turé-Mariquita no nordeste do Pará**. 2017.

ECOAMAZÔNIA. **MPF aponta risco de violência em conflito entre BBF e comunidades indígenas e quilombolas no Pará**. 2022. Disponível em: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2022/04/abrilindigena-mpf-aponta-risco-violencia-conflito-bbf-comunidades-indigenas-quilombolas-para/>>.

ECOAMAZÔNIA. **MPF pede extinção de processo da Biopalma contra índios Tembé e aponta contaminação por agrotóxicos**. 2016. Disponível em: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2016/10/mpf-pede-extincao-processo-biopalma-indios-tembe-aponta-contaminacao-agrotoxicos/>>

ELKINGTON, John. **Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford: Capstone, 1997.

HAREN, Joost van. Et al. **Tree Species Effects on Soil Properties and Greenhouse Gas Fluxes in East-central Amazonia: Comparison between Monoculture and Diverse Forest**. Biotropica, v. 06, n. 45, p. 709-718. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**, 2014.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Cronologia do Cultivo do Dendezeiro na Amazônia**. Embrapa, Belém, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>

MACHADO, Thiago Adriano. **DA FORMAÇÃO SOCIAL EM MARX À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MILTON SANTOS: UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA PARA INTERPRETAR O BRASIL?** GEOgraphia, 18(38), 71-98, 2017.

MALHEIRO, Bruno. **Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos**. 2020.

MALHEIRO, Bruno. **Horizontes amazônicos para pensar o Brasil**. 2021.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. **O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia**. 2015.

NAHUM, João Santos. **REGIÃO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO: A AMAZÔNIA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO**. Boletim de geografia, Paraná, 2011.

NOSSO FUTURO ROUBADO. **O lado obscuro do óleo de palma ‘sustentável’ da Amazônia**. 2021. Disponível em: <<https://nossofuturoroubado.com.br/o-lado-obsкуро-do-oleo-de-palma-sustentavel-da-amazonia/>>

O LIBERAL. **Indígenas e quilombolas denunciam empresa BBF de bloquear acesso às comunidades**. 2022. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/indigenas-e-quilombolas-denunciam-empresa-bbf-de-bloquear-acesso-as-comunidades-1.510725>>.

RACISMO AMBIENTAL. **Carta Aberta: As Comunidades Quilombolas de Bujaru e Concórdia do Pará pedem Socorro!** 2022. Disponível em:

<<https://racismoambiental.net.br/2022/04/16/carta-aberta-as-comunidades-quilombolas-de-bujaru-e-concordia-do-para-pedem-socorro/>>.

RACISMO AMBIENTAL. Povo Tembé lança Nota de Repúdio às violências cometidas contra indígenas e quilombolas nos municípios de Acará e Tomé Açú, PA. 2015. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2016/01/14/povo-tembe-lanca-nota-de-repudio-as-violencias-cometidas-contra-indigenas-e-quilombolas-nos-municipios-de-acara-e-tome-acu-pa/>>.

REBELLO, Fabrício Khoury; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da colonização do Nordeste Paraense: uma reflexão para o futuro da Amazônia.** UFRA, 2017.

RIO ON WATCH. **ALERTA: Mal Avaliadas ‘Certificações de Sustentabilidade’ e a Indústria Brasileira de Óleo de Palma.** 2019. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=39897>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A ECOLOGIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS.** INTERTHESIS. 2012.

____ (2018). **Amazônia, encruzilhada civilizatória tensões territoriais em curso,** 2018.

____ (2004). **Desafio ambiental: os porquês da desordem mundial.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

____ (2020). **Organização do espaço: objeto de estudo ou objeto de desejo? A Geografia se Libertando do Estado que Nos Pariu.** 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina.** CLACSO, 2010.

PORTO-GONÇALVES Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina,** Polis, 2012.

ROSA, Mayra. **Governo lança projeto de incentivo à produção de óleo de palma no Pará.** Ciclovivo, 2010. Disponível em:

<https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/governo_lanca_projeto_de_incentivo_a_producao_de_oleo_de_palma_no_para/>.

SEARCHINGER, Timothy et al. **Use of US croplands for biofuels increases greenhouse gases through emissions from land-use change.** Science, v. 319, n. 5867, p. 1238-1240, 2008.

Secretaria de Imprensa. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região Tomé-Açu - PA.** Tomé-Açu, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/06-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma>>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Bertrand Brasil, 2013.

TERRAS INDÍGENAS. **Indígenas ocupam sede de empresa durante protesto.** 2015. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/146899>>

Everton Reis do Nascimento

Graduando do curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará, membro do Grupo de Pesquisa em Territorialidades Camponesas na Amazônia, pesquisador de Geografia Agrária com enfoque em questão Indígena, povos tradicionais, conflitos territoriais e agronegócio na Amazônia.

Email: everton.nascimento@aluno.uepa.br

Douglas Costa Oliveira Saraiva

Graduando do curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará, membro do Grupo de Pesquisa em Territorialidades Camponesas na Amazônia, pesquisador de Geografia

Agrária, com foco em conflitos entre comunidades tradicionais e empresas voltadas à dendeicultura.

Email: dougliver19@gmail.com

Hemilly Campos da Silva

Graduanda do curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará, membro do Grupo de Pesquisa em Territorialidades Camponesas na Amazônia, bolsista Pibic na área da Geografia Agrária, em específico no ramo de conflitos territoriais e justiça ambiental com os povos tradicionais do nordeste paraense.

Email: hemillycampossilva@gmail.com